

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

ENTRE A ESCOLA E O MOVIMENTO HIP HOP: novas práticas políticas e educativas da/para a juventude .

Jaileila de Araújo Menezes y Danielle de Farias Tavares Ferreira.

Cita:

Jaileila de Araújo Menezes y Danielle de Farias Tavares Ferreira (2009). *ENTRE A ESCOLA E O MOVIMENTO HIP HOP: novas práticas políticas e educativas da/para a juventude*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1836>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ENTRE A ESCOLA E O MOVIMENTO HIP HOP: novas práticas políticas e educativas da/para a juventude

Jaileila de Araújo Menezes – UFPE – jaileila@terra.com.br

Danielle de Farias Tavares Ferreira – UFPE – daniufpe@gmail.com

A pesquisa “A arte na política: um estudo do movimento hip hop da cidade de Recife”¹, no eixo subjetividade, que investiga os projetos de vida dos jovens vinculados ao movimento têm localizado na fala dos entrevistados a escola (educação formal) como importante instituição na construção de seus projetos (ascensão social através do capital econômico, cultural e simbólico, aumento das redes sociais...). Entretanto, salientam também que a mesma ainda apresenta dificuldades em aceitar as expressões culturais juvenis, desconsiderando os direitos dessa população, seus interesses, suas histórias, seus pertencimentos e com isso se tornando cada vez menos atrativa.

Tentar compreender a condição/situação juvenil na contemporaneidade requer a consideração dos contextos sócio-econômico-histórico-culturais no qual estão inseridos. No nível de análise da condição juvenil perdura uma ordem hierárquica fundamentada nas relações entre “fases da vida” próprias de ideologias da modernidade (Magro, 2002), o que dificulta a participação política dos jovens no campo social.

Diante da propagação da hierarquização, a infância e a adolescência são colocadas como ameaça a si própria e ao social (violência, drogas, sexualidade irresponsável e etc.), predominando uma visão estereotipada sobre esses momentos da vida. Concomitantemente também são consideradas símbolos de esperança (futuras gerações). Os adultos produtivos teriam, nesse caso, o papel de subjugar as transformações desses grupos, em nome da “ordem e do progresso da modernidade”.

A educação formal entra nesse viés tornando-se o fundamento para a manutenção da ordem moderna e acaba, muitas vezes, por intensificar ainda mais as relações de poder (classes dominantes para com as classes populares; adultos representando a ordem estabelecida para com as crianças e jovens aceitos como seres em formação).

Neste sentido, é preciso salientar que da mesma maneira que a educação formal serviu para intensificar as relações de poder na era moderna ao diferenciar escola de abastados X escola de subalternos; adultos mantenedores da ordem X adolescentes em formação, concebemos que ela tem uma contribuição fundamental na construção de novos significados para a compreensão do que é ser jovem/adolescente atualmente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (1998) indicam no eixo dos temas transversais, que o reconhecimento das pluralidades culturais é necessário e deve ser apreciado nos currículos escolares, estando as expressões culturais juvenis imersas nessas pluralidades. Considerar a função educativa de algumas culturas juvenis a partir de então passa a ser incontestável ao passo que elas se tornam canais de comunicação da luta desses jovens pelo exercício da cidadania.

Os jovens participantes do movimento *hip hop* se apresentam, nesse contexto, como atores por excelência dessas novas dinâmicas urbanas das culturas juvenis, ao adotarem o movimento, a velocidade e a superexposição como referentes centrais nas encenações dos espetáculos urbanos. Esses grupos se intitulam por Posse ou *Crews* e possuem uma natureza multifacetada (Diógenes, 1998).

¹ Desenvolvida por pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Ação Coletiva (Gepcol) da Universidade Federal de Pernambuco desde 2007.

Diante dessa realidade, acreditamos que seja possível estabelecer o viés educativo implicado nas ações dessas expressões político-culturais encontradas nessas Posses ou *Crews* do movimento *hip hop* voltados para a formação de “autores-cidadãos”. Considerando o papel ativo da juventude, sua participação significativa em esferas da vida social, como as comunidades, os grupos de sociabilidade e o papel de referência que a escola ocupa em suas vidas. Faz-se necessário refletirmos sobre as possíveis alianças entre esses espaços educativos (Movimento hip hop e escolas) uma vez que o diálogo entre estas duas instâncias contribuiria de forma significativa no processo de construção da autonomia dos jovens e do seu exercício de cidadania no tempo do aqui-agora.

A educação não-formal ou práticas educativas em espaços não escolares, como é do conhecimento dos educadores sociais, possuem distintas vertentes no que se refere à defesa de sua conceituação. Nos anos 90, segundo Park e Fernandes (2007) o termo educação não-formal era pensado em três funções: como papel complementar ao sistema formal-escolar, como uma alternativa e como papel suplementar. Nesse sentido, a oposição não era o foco. A perspectiva nessa vertente, portanto, seria a de ampliar as experiências escolares.

Já a outra vertente, também enfatiza as diferenças entre o formal e o não - formal, mas em termos de oposição (Afonso, 1989). Nessa perspectiva, por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência (prévia) proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação não-formal, embora obedeça a uma estrutura e a uma organização (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que diz respeito a não-fixação de tempos e locais e de flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. A estes aspectos incorpora-se um diferencial: a preocupação com a mudança ou transformação social por buscarem projetos de desenvolvimento.

O foco da educação não- formal são os movimentos sociais, as ações políticas militantes de grupos organizados. Considerar ambas as vertentes não é algo sobrecomum, pois o movimento *hip hop*, por exemplo, possui uma função educativa através do seu quinto elemento, o conhecimento. E esta função tanto poderá assumir um papel complementar, alternativo ou suplementar ao sistema formal, como também lhe é característico respeitar a flexibilidade na transmissão dos conteúdos de aprendizagem sobre a cultura *hip hop* e as técnicas de cada um dos quatro elementos da cultura (*Dj*, *Rap*, *Grafite* e *Break*). Além de também existir a preocupação com a transformação social ao buscarem projetos de desenvolvimento individual e coletivo (comunidade).

O emblema de seu argumento são os movimentos sociais, as ações políticas militantes do grupo e por isso torna-se evidente o caráter de educação não - formal empreendida por esse movimento. Mas não é apenas a característica de educação não-formal que se evidencia no *hip hop*. Magro (2002) ressalta a educação informal quando as elaborações artísticas desses grupos juvenis atingem principalmente as periferias urbanas.

A educação informal aqui é entendida como toda gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes), e que acontece sem que haja um planejamento específico, ou seja, muitas vezes sem que nos demos conta (Park e Fernandes, 1996). É aquela educação que acontece ao longo da vida, contínua, mas não previamente organizada.

Partindo dessa perspectiva, buscamos enfatizar a relevância de se tomar o processo educativo não-formal e informal que ocorre no movimento *hip hop* e a criação de novos espaços e modos de existir do jovem no Brasil, mais especificamente da cidade do Recife. Esses espaços, segundo Magro (2002) ajudarão a construir uma nova

visão sobre os adolescentes, passando a considerá-los como atores que contribuem para a solução de problemas e para a transformação da realidade social.

No campo de reflexão da aliança entre *hip hop* e escola, as propostas educativas do movimento caracterizado por não-formal e informal, podem contribuir para uma pedagogia cidadã em que ambos os atores do processo educativo se educam, enfatizando, assim, os princípios da cidadania e da justiça social e sobrepondo, dessa maneira, tendências pedagógicas liberais.

O movimento *hip hop* vem sendo considerado um movimento social e por isso é preciso entendê-lo dentro de seus limites históricos. Nesse sentido situamos, através de um breve histórico, a origem do movimento *hip hop*. Localizamos nas referências que a cultura *hip hop* tem sua raiz na Jamaica, ilha da América Central, em que a partir da década de 40 começaram a ser realizadas festas de ruas nos bairros carentes de *Kingston*. Já no final da década de 1960 e início de 1970 com a emigração de jovens jamaicanos para os Estados Unidos devido à crise que se abateu na ilha, muitos desses jovens se alojaram nos subúrbios norte-americanos e um destes jovens conhecido pelo apelido de *Kool Herc* começou a realizar eventos utilizando o mesmo formato das festas jamaicanas, as quais chamavam de *Black Parties (festas negras)*. Com a expansão da cultura, as manifestações se intensificaram nos subúrbios negros de Nova Iorque tais como *Bronx, Harlem e Brooklyn* fazendo-se presente num contexto de pobreza, violência, racismo, tráfico e carência de infra-estrutura básica para aqueles guetos da época.

O *hip hop* tinha por objetivo reduzir a violência generalizada encontrada nas rivalidades entre as gangues desses guetos. Essas gangues se confrontavam de maneira violenta na luta pelo domínio territorial e por isso o surgimento de uma cultura de paz (base ideológica do *hip hop*) se colocou como uma alternativa de contestação, entretanto não mais aliada à violência coletiva propagada e defendida pelas gangues nova-iorquinas.

O *hip hop*, portanto, traz consigo uma base de princípios de paz, de respeito ao próximo e de auto-valorização, e através dessa arte engajada se ampliam possibilidades de expor à sociedade reivindicações e ressentimentos com a organização social violenta legitimada pelo Estado, no que se refere às condições de vida de jovens negros, pobres e moradores das periferias dos grandes centros urbanos.

Eram, pois, nessas periferias que os jovens nova-iorquinos encontravam o único espaço de lazer, em decorrência de viverem alijados das zonas territoriais mais valorizadas e “brancas” da cidade.

A literatura afirma que desde seu surgimento o *hip hop* traz um apelo enquanto movimento de auto-afirmação, ou seja, de afirmação identitária pelo pertencimento ao lugar e pela valorização dos guetos. Ele propaga uma manifestação de cunho político-cultural e tem o espaço público como cenário da expressão da cultura jovem, por excelência, através da aglutinação dos assim denominados elementos:

- Elemento *Rap (rythm and poetry)*: Fundido ao elemento *DJ (disc-jockey)*, isto é, esses dois elementos operam discos e fazem bases e colagens rítmicas sobre as quais se articulam os outros elementos.

- Elemento *DJ*- Quando intitulado por *MC (master of ceremonies)* tem por finalidade relatar através de articulações e de rimas, os problemas, carências e experiências em geral dos guetos. Ele não só descreve como também lança mensagens de alerta e orientação.

- Elemento *B. boy (break boy)*: É o representante da expressão corporal, da dança de rua, o *street dance* ou *break dance*, em seus vários estilos (popping, locking, boogaloo, etc).

- Elemento *Grafite*: Apresenta-se como expressão plástica, pinturas geralmente feitas em vias ou locais públicos bem visíveis como muros, trens, dentre outros.

A partir da caracterização desses elementos e partindo para a realidade brasileira Lodi e Souza (2005) afirmam que o surgimento de grupos de expressão de jovens pobres passa a ser uma realidade no Brasil a partir da década de 1970 e este fato se deve à presença nas comunidades de instituições religiosas como as pastorais católicas, os partidos políticos de esquerda e envolvimento desses jovens em trabalhos desenvolvidos por organizações não-governamentais.

Mais intensamente em 1980, a juventude brasileira inseriu-se nas produções de grupos culturais que valorizavam a comunidade. Na capital paulista, berço das manifestações foi por meio dos bailes e das lojas específicas de musicalidade negra que a cultura *hip hop* se inseriu entre a “galera”.

Os grupos, então, foram se fortalecendo e desenvolvendo o cultivo à auto-afirmação enquanto negros de classe pobre e oprimida, e aliavam-se à consciência política e cidadã. Esses jovens passaram, então, a pesquisar e difundir o movimento *hip hop* por todo o país. E mesmo sendo uma cultura ainda marginalizada no ambiente escolar, os jovens participantes, por iniciativa própria, estudaram e propagaram a base dessa cultura carregando consigo a consciência de paz e cidadania que a mesma transmitia.

No nordeste a chegada do movimento *hip hop*, conforme Brandão & Da Silva (2004) ocorreu em meados dos anos de 1980 com o auxílio da globalização da indústria cultural, que fez os produtos norte-americanos penetrar na cultura local. Esse processo de circularidade entre culturas se manifestou de diversas maneiras na realidade recifense, como foi o caso do filme *Break Dance* estrelado no cinema São Luís, o qual se tornou um modelo de passos inspiradores para o surgimento dos dançarinos de *break* nessa cidade, ganhando tonalidades da cultura local (hibridização do rap com o repente e do break com passos de caboclinhos, frevo e etc).

Dado o exposto, o termo *hip hop*, o qual significa “balançar o quadril” tem em sua origem a intenção de propagar a paz. E apesar de todas as circularidades e agregações das culturas locais, essa ideologia continua: canalizar energias para a produção artística carregadas de um caráter político contestatório. Para muitos estudiosos como Andrade (1999) o *hip hop* já é reconhecido como um movimento cultural, político e social.

E passados mais de 30 anos de resistência cultural no Brasil é possível salientar que o *hip hop* tem auxiliado, de fato, certo número significativo de jovens a encontrar uma identidade e a se auto-afirmarem enquanto sujeitos de direitos. Ou seja, a vergonha da vida discriminada da favela abre espaço à valorização própria dos que se descobrem capazes de fazer arte, de mudar a própria vida e a das pessoas que compõe suas redes de sociabilidades. E, portanto, transformam a falta de uma perspectiva existencial na saudável e transformadora consciência da cidadania.

Do exposto trabalhamos com duas hipóteses. A primeira considera o caráter educativo do movimento *hip hop* e sua contribuição para a cidadania dos jovens. Sobre isso é preciso enfatizar que o conceito de cidadania vem sendo considerado nos últimos tempos como um processo que visa à formação de sujeitos críticos, cientes dos seus direitos e deveres e altamente participativos da construção política do seu país, estado ou município. Quando se afirma que o movimento *hip hop* desenvolve um processo de cidadania nos jovens, estamos considerando que esta “ciência” se efetiva, para os jovens em tela, na produção, participação cultural, no compromisso com a coletividade e nas mais diversas formas propositivas que encontram de visibilizar suas demandas de participação social.

Essa hipótese de trabalho também ganha sustentação na fala de uma liderança do movimento na cidade do Recife que afirma o quinto elemento – conhecimento – como referente á responsabilidade social dos jovens e o fato de que o mesmo vem sendo cada vez mais discutido em estados como Pernambuco, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo.

Nossa segunda hipótese de trabalho afirma as possibilidades de acolhimento do movimento *hip hop* pelas escolas, considerando as modalidades de “apropriação cotidiana” (discussões sistemáticas em salas de aulas) como sua “apropriação episódica” (desenvolvimento de programas como o Escola Aberta que desenvolve as conhecidas oficinas de *hip hop*).

Sobre a apropriação cotidiana do movimento *hip hop* nas escolas, Santos (1999) salienta que professores sabem que a base curricular (tema) é a mesma, mas suas abordagens devem considerar a realidade dos seus alunos e de seus níveis de interesse. Apenas a caráter de exemplificação, consideramos que não é algo impossível construir uma aula a partir dos documentos vivos da cultura das ruas (rimas, grafite, arte engajada e etc.). E esta poderá ser uma forma, como afirma Santos (1999), de envolver seus alunos e fazê-los participar de seu próprio aprendizado ao exercer coletivamente no espaço escolar sua própria cidadania.

O interesse e participação do jovem no contexto escolar ocorre quando ele se sente aceito e ator do processo, enquanto sujeito ativo capaz de refletir, expressar suas opiniões desmistificando, assim, algumas representações naturalizadas dentro da própria escola que o caracteriza, por vezes, como sujeito passivo, rebelde, ou em fase de transição, sendo incapaz de agir politicamente.

O ensino contextualizado leva em consideração os interesses dos alunos e não apenas o conteúdo. O *hip hop* faz parte da vivência de muitos desses jovens que moram em periferias e que estudam nas escolas públicas de nossa cidade. Portanto, a aliança da instituição escolar com a ação educativa dos grupos de *hip hop* não se constitui como algo sem fundamento ou deslocado do contexto de nossos alunos. Construírem juntos experiências educativas e pedagógicas inovadoras voltadas para uma educação cidadã é uma vertente que poderá, a nosso ver, dar promissores resultados para a escola e os jovens no sentido da melhoria da qualidade de ensino.

Saviani (2003) enfatiza que a pedagogia progressista libertadora tem uma forte atuação em espaços “não formais” e leva em consideração que os conteúdos de aprendizagem atingem um nível de consciência cidadã, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social. O que é aprendido pelo aluno conforme essa tendência pedagógica não decorre de uma imposição ou memorização, mas de um nível crítico de conhecimento, o qual chega pelo processo de compreensão-reflexão-crítica. Portanto, nessa perspectiva de inspiração freiriana, o que o aluno transfere é o que foi incorporado como resposta às situações de opressão, ou seja, seu engajamento na militância política. E tendo o aporte desta tendência pedagógica torna-se possível mais uma vez considerar as possibilidades de diálogo da educação não-formal com a educação formal do ambiente escolar.

Já em relação à apropriação episódica do *hip hop* nas escolas tem-se a exemplo algumas escolas que vêm desenvolvendo projetos, como é o caso das oficinas juvenis do Programa Escola Aberta do Governo Federal, as quais atualmente vêm sendo desenvolvidas nos finais de semana em 57 escolas² estaduais da cidade do Recife além de algumas outras municipais. Esse programa tem por objetivo trazer as expressões

² Informação retirada do site: <http://www.escolaberta-pe.com.br/>
Acessado em 20 Set.2008

culturais das comunidades desses alunos para dentro da escola, sendo um de seus trabalhos com o movimento *hip hop*.

Apesar de o programa ter esse título “Escola Aberta” o mesmo não faz parte do projeto político pedagógico escolar e diante disso a mascarada “abertura” as manifestações comunitárias e as articulações escola-comunidade e conseqüentemente escola-movimento *hip hop* possui uma apropriação episódica por ainda encontrar-se em fase de expansão, ou melhor, de aceitação no cotidiano escolar.